



O estado e o armário. Cidadanias sexuais no Equador e na Bolívia¹

POR SOFÍA ARGÜELLO PAZMIÑO*

O presente trabalho é um estudo comparativo entre o Equador e a Bolívia na última década e meia (1990-2007), em contextos sociais e políticos de “novas” formações estatais, nos quais são produzidas mudanças substanciais nas agendas de governo, na configuração de “novos” atores sociais e “novas” lutas de representação política e agendas econômicas. Tais contextos reconfiguram, reconstroem e resignificam os imaginários e as representações sobre as identidades sexuais, tanto no nível do Estado quanto no das interações cotidianas e, além disso, produzem modos de ação coletivos dos grupos GLBT organizados que se articulam ou separam nos contextos discursivos e nas práticas dos Estados. Entretanto, esses contextos não podem ser lidos exclusivamente a partir da conjuntura de ambos os países (por exemplo, dos recentes governos esquerdistas de Rafael Correa e Evo Morales).

As maneiras como os grupos sexualmente diversos articulam suas demandas com o Estado, as políticas estatais específicas, as formas de ação coletiva, os repertórios de ação, as lutas pelas hegemonias etc., podem (devem) ser interpretadas a partir de um olhar genealógico que implica compreender a problemática a partir de ancoragens temporais de médio e longo prazo. Em outras palavras, é necessário realizar uma arqueologia dos cenários históricos de conformação das cidadanias sexuais, o que, nestes casos de análise, implica ainda desentrelaçar os discursos e as agendas que classificam, a partir do estigma do neoliberalismo, qual tipo de cidadão se requer.

Perspectivas feministas para o estudo do Estado

Os artigos de Georgina Waylen “Gender, feminism and the state: an overview” (1998), e de Wendy Brown “Finding the man in the state” (1995) nos oferecem algumas linhas analítico-teóricas sobre como, a partir do feminismo, pode-se entender o Estado. Nas linhas seguintes, tentarei esboçar algumas ideias importantes sobre os textos, mas de maneira articulada, de modo que possamos refletir sobre as magnitudes, limitações e propostas feministas em relação ao Estado, que nos permitirão, além do mais, relacioná-lo ao armário.

O texto de Georgina Waylen nos localiza no debate que se desenvolve no transcurso do livro *Gender, Politics and the State* (1998). Por essa razão, um dos objetivos do texto é “trazer o Estado de volta ao primeiro plano” (“Bring the State Back In”) a partir de perspectivas e análises feministas. O texto de Wendy Brown, por sua vez, tenta fazer uma genealogia da tradição do pensamento feminista do Estado a partir de quatro diferentes modalidades do Estado norte-americano contemporâneo. Para abordar as categorias de análise que cruzam os âmbitos teóricos e interpretativos de Waylen e Brown, gostaria de propor pelo menos duas perguntas para guiar nossa reflexão: como as autoras veem a teorização feminista em relação ao Estado? Como o Estado tem sido teorizado?

Diante desses questionamentos, tenho interesse em propor pelo menos três categorias analítico-conceituais a partir das quais as

autoras reposicionam a relação gênero-Estado. Como parte de um exercício metodológico, registro de forma sistemática os três eixos de reflexão, o que não significa, de forma alguma, que eles estejam separados entre si. Na verdade, corroborando a preocupação das autoras de não continuar entendendo esses conceitos como algo em si mesmo – proponho pensá-los a partir de uma visão constantemente articulada, dinâmica, inter-relacionada.

A primeira categoria remete à compreensão sobre o conceito de gênero. Waylen recorre a Joan Scott para entender o gênero como “a via primária de significações das relações de poder”. Nesse sentido, deseja entender a relação entre as ações das mulheres e as instituições, e aposta em abandonar a rígida dicotomia estrutura-agência. A ideia de fundo é que as relações de gênero estão, em parte, constituídas pelo Estado. A segunda categoria remete à noção de poder. Ambas as autoras insistem em entender o poder como não unilateral, mas como uma rede. Isto é, elas entendem o poder do Estado a partir de uma visão foucaultiana da biopolítica, do biopoder. Finalmente, a própria categoria do Estado: as autoras criticam a ideia de sua centralidade, de vê-lo como algo fixo, unitário, como uma coisa em si, como uma entidade. Waylen (1998:7) atenta para a “natureza não homogênea” do Estado. Devemos encará-lo como um lugar de luta, de forma histórica e através de circunstâncias particulares. O Estado tem um papel muito importante na criação de formas particulares de relações e desigualdades de gênero. Ele constrói e regulariza as relações de gênero e as relações entre homens e mulheres. *O Estado constrói sujeitos generizados*. Nesse contexto, o Estado está em um terreno irregular e fraturado (Álvarez em Waylen, 1998:6). Brown considera o Estado como um conjunto multifacetado de relações de poder e um veículo de dominação massiva. “O Estado não é uma coisa, um sistema ou um sujeito, mas um significativo terreno de poderes e técnicas, um conjunto de discursos, regras e práticas coabitadas em limitações, frequentemente uma relação contraditória” (Brown 1995:174; tradução nossa).

Waylen realiza uma breve análise de como os feminismos se aproximaram para compreender o Estado. As primeiras tentativas de teorizar o Estado a partir do feminismo têm origem nos anos 1970 e 1980. A maioria dos trabalhos centra o foco na democracia liberal, com tendências gerais e análises macroteóricas. As feministas socialistas, por sua vez, propõem que a subordinação da mulher sustenta o capital através da reprodução da força trabalhista a partir da família. Finalmente, muitas posturas de feministas radicais pensam o Estado como inherentemente patriarcal. O Estado institucionaliza os interesses masculinos (Mackinnon em Waylen, 1998:5) através da lei, por exemplo. Entretanto, afirma Waylen, não é possível entender o Estado como uma entidade de subordinação das mulheres. É preciso entender as diferentes formações do Estado e não encará-lo como algo homogêneo. É preciso compreender e distinguir os diferentes grupos

¹ Neste Caderno CLACSO, apresentamos uma versão editada do artigo de Sofía Argüello Pazmiño, o qual é parte integrante do livro *Las deudas abiertas en América Latina*, disponível na Série Digital da Coleção de Bolsas de Pesquisa: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/becas/LasDeudasAbiertas>

de instituições, agências e discursos a partir de histórias particulares e conjunturas políticas. Waylen fará uma crítica a esses enfoques na medida em que devem ser vistos a partir de orientações comparativas das diferenças de gênero existentes nos diferentes sistemas de bem-estar do Estado.

Wendy Brown, por sua vez, registra três fatores da dominação masculina e do poder do Estado. A teoria feminista do Estado requer simultaneamente articulação, desconstrução e relacionar os múltiplos ramos de poder compostos por ambos: masculinidade e Estado. Não existe um Estado masculino por si só. É preciso, portanto, uma análise genealógica para compreender os diferentes modelos sociais, econômicos e políticos de dominação inseridos na cotidiana constituição e regulação dos sujeitos.

Proliferação de atores no Equador e na Bolívia no início do ano 2000

As conquistas legais que tinham sido alcançadas nos anos 1990 no Equador (tais como a despenalização da homossexualidade e a lei antidiscriminação por orientação sexual) transformam-se em um detonador para a explosão de grupos e agendas GLBT. Após o processo de despenalização da homossexualidade, por exemplo, tem início no Equador uma campanha de projetos para combater o vírus HIV, patrocinada, principalmente, por agências internacionais. Entretanto, no início do ano 2000, é possível observar uma intensa presença de grupos e organizações que vão se formando e fortalecendo nos processos de trabalho que se desencadearam desde 1994. Um desses detonadores pode ser entendido como a diferença de identidades e projetos organizacionais dos grupos GLBT. Lentamente, os grupos foram transpondo a identidade dos homens gays e passaram a construir demandas paralelas aos projetos contra o vírus. Enquanto isso, tanto a despenalização como a lei antidiscriminação tornaram público o debate das diversidades sexuais, o que supôs a visibilidade dos grupos, suas problemáticas e suas propostas nos meios de comunicação. Porém, sobretudo, foram gerados novos atores, ou melhor, os atores que vinham caminhando com o processo GLBT se fragmentaram e as demandas se proliferaram, mas principalmente proliferaram-se as atuações.

O primeiro momento de configuração das agendas GLBT no Equador está estreitamente ligado às propostas para gerar mudanças legais e de reconhecimento a partir dos espaços institucionais do Estado, isto é, basicamente, modificar a Constituição Política do país. Entretanto, e após ter avançado com essas mudanças fundamentais, os repertórios de ação coletiva e os atores sociais se fragmentam e se diversificam. Por um lado, evidencia-se a diversidade das identidades sexuais; por outro, manifestam-se alguns protagonismos pessoais e institucionais no interior da organização que até então representava os grupos GLBT, a FEDAEPS.

Essa criação de grupos e espaços e de todos estes “movimentos” gerou também uma ruptura que estava muito relacionada ao protagonismo, que tinha a ver com a quem pertenciam o discurso, os recursos, os meios, as ações. Para mim, o período entre os anos 2000 e 2001 foi um tempo muito difícil. A partir de 2000 e 2001 muitas pessoas começaram a processar o que aconteceu entre 1996 e 2000, pois era preciso refletir e entender os fatos; era necessário internalizá-los. Muitas pessoas se davam conta naquele momento de que eram cidadãs, de que tinham alguns privilégios (porque para mim é um privilégio, falando de discriminação de orientação sexual). Era como destampar uma Caixa de Pandora (Patrício Brabomalo, entrevista, abril de 2005).

É importante chamar a atenção para a conformação de outros espaços e outras agendas dos grupos GLBT no Equador. Esses novos atores que querem ser inseridos em alguma organização procuram espaços que lhes permitam sair da clandestinidade e repensar sua própria identidade sexual. Lembremo-nos de que as primeiras ações que surgiram nos processos prévios à despenalização e à Assembleia de 1998 foram protagonizadas, por um lado, por atores ativistas concretos que congregavam e negociavam com outros atores estratégicos. Por outro lado, os que mostraram “a cara”, principalmente após a prisão coletiva no Bar Abanico, foram os travestis e transgêneros, que foram o rosto público da população homossexual de então a partir da organização *Coccinelli*. Após esses acontecimentos, a explosão de organizações se apresenta como um articulador importante.

O “espaço próprio” gera um lugar comum de ação. Os grupos GLBT enfrentam suas próprias diferenças internas. O que inicialmente poderia unir homens gays não uniria mulheres lésbicas ou travestis. A construção de repertórios de ação específicos marca uma linha de diferenciação desses novos processos fragmentados. Por exemplo, os grupos de mulheres lésbicas são promovidos a partir de reuniões iniciais para comemoração de aniversários, passando por campeonatos esportivos de futebol, até a realização de encontros nacionais de mulheres lésbicas. Além disso, também sempre se diferenciavam os repertórios de ação visíveis (que são expostos publicamente) dos (in) visíveis (que servem para “recrutar” mulheres). É preciso registrar, portanto, que a construção de identificações sexuais foi um processo ambíguo, ambivalente, confuso, em constante tensão.

Tínhamos muitos outros processos a serem alcançados e desenvolvidos. Justamente nessa conjuntura, entre os anos 2000 e 2001, surge a *Fundação Causana*, com o objetivo de pensar e empreender outros processos que não fossem os desenvolvidos nos anos anteriores. Eu, por exemplo, vinha de processos sociais e comunitários, enquanto outros companheiros vinham de dentro da arte, da cultura, de suas profissões, do criativo etc. Patrício, Vicky e eu também víhamos da FEDAEPS, mas queríamos criar algo diferente. Abrimos o primeiro grupo de estudos acadêmicos juntamente com a FLACSO, pois pensávamos que deveríamos entrar naquele espaço e dizer à academia o que estava acontecendo, e que deveríamos começar a falar na academia sobre esses temas. O mais importante, porém, é que, com a *Causana*, não começamos somente a trabalhar o tema dos gays ligados à AIDS, mas abrimos uma imensa proposta de trabalho com mulheres lésbicas. A importância dessa mudança é que já eram muitas as mulheres públicas, as ativistas que trabalhavam nos processos políticos, mas, quem sempre mostrava o rosto? Os homens gays. É por isso que decidimos formar um grupo apenas de mulheres que não se ligou inicialmente ao movimento histórico de mulheres, mas ao processo GLBT (Letícia Rojas, entrevista, junho de 2007).

A explosão de grupos de diversidade sexual na Bolívia

Como no Equador, a Bolívia também viveu uma explosão de formação de grupos de diversidade sexual que visibilizavam não apenas os grupos de homens gays, mas também o surgimento de grupos de lésbicas, travestis, transformistas, *drag queens*. Essa explosão de agrupamentos marcava também a visibilidade de outras identidades sexuais que não entravam no cenário das primeiras trajetórias da constituição desses grupos. Por um lado, deixavam de ser somente os homens gays aqueles que se reuniam e propunham agendas; por outro, o discurso HIV-AIDS – com foco em temas como risco, vulnerabilidade, epidemia



ou prevenção – deixou de ser a palestra de trabalho dessas organizações. O discurso assumiu uma reviravolta importante: a da prevenção e da “preservatização” às agendas que incluíam direitos.

Em um trabalho realizado no ano de 2002, Jimmy Tellería afirma: “Na Bolívia, atualmente, estamos no processo de consolidação de um movimento emergente das diversidades sexuais no campo dos direitos. Podemos verificar essa formação se prestamos atenção às demandas por direitos dos atores sociais específicos das diversidades sexuais (comunidades gays, lésbicas, transexuais, *drag queen*, atuação transformista hiper-realista, travestis etc.), os quais se articulam através de processos concretos de visibilização pública e institucional, coordenação e realização de alianças estratégicas com organizações e instituições governamentais e não-governamentais” (Tellería, 2002: 16).

Tal “consolidação de um movimento emergente das diversidades sexuais” está marcada também pelas diferentes agendas que convergem e se distanciam segundo as propostas políticas que defendem. Nesse contexto, nascem grupos como *La Familia Galán*, a Associação para o Desenvolvimento Integral da mulher *SIMBIOSIS* (que trabalha com mulheres lésbicas ou grupos de travestis) e se reconfiguram processos como a organização *Libertad*, que muda sua agenda da prevenção do HIV para a temática dos direitos.

A partir deste trecho, quero pontuar duas experiências que, de uma ou outra maneira, identificam-se com a(s) diversidade(s) sexual(is) e que me parecem relevantes para este trabalho de pesquisa, à medida que politizam a identidade sexual a partir de parâmetros que rompem, inclusive, as fórmulas normativas com as quais trabalhavam algumas organizações GLBT na Bolívia: a constituição de *La familia Galán* e o grupo *Mujeres Creando*. Considero que ambas as experiências permitem pontuar dinâmicas de politização identitária, agendas políticas e repertórios de ação que se confrontam tanto com: a) os imaginários normativos sobre a sexualidade, os quais são construídos diariamente; b) com os próprios conflitos internos que se dão dentro de cada processo; c) com as relações que dali são geradas com as políticas de Estado.

Na Bolívia, não é possível desconhecer o surgimento e o trabalho do grupo *Mujeres Creando* (Mulheres criando). Incluir esse grupo é fundamental na medida em que ele surge na primeira metade da década de 1980 como grupo de pressão contra as medidas neoliberais implementadas na Bolívia em 1985. Desde então, o grupo tem sido um ícone de introversão sobre vários eixos temáticos que incluíram, entre muitos tópicos, a reflexão sobre o(s) feminismo(s) latino-americano(s), a ci-

dadania das mulheres, as ações contra o neoliberalismo, os repertórios de ação coletiva que incluem seus famosos grafites e performances públicas etc. Percorrer vinte anos de sua trajetória requer, como já se fez em vários trabalhos, parar detalhadamente para “escrever sobre elas”. Essa tarefa é também complicada por causa do sentido crítico a partir do qual a produção do conhecimento sobre suas propostas, projetos e discursos políticos é vista pela “academia”.

Entretanto, quero situar o processo de *Mujeres Creando* no ano 2000 e recuperar as tensões de sua ruptura como geradoras de novos processos e mudanças. Por que me ater aos conflitos? Por um lado, porque estou certa de que nos ajudam a compreender: a) que inclusive as políticas das identidades, fundamentadas em discursos libertadores e críticos, se resignificam e dão lugar a novos processos de ação coletiva, a outros espaços de significações e a transformações de atores que modificam a cultura política; b) porque permitem analisar, inclusive, as formas como se institucionalizam suas agendas críticas. Por outro lado, porque acredito que é preciso visibilizar essas tensões organizativas na medida em que se tornam um espaço de reconhecimento de “novos” atores e propostas, muitos dos quais não se deixam ver pelo encobrimento de mitos e essencialismos que costumamos construir – nós, pesquisadores (as) – sobre os processos e os atores sociais.

O grupo *Mujeres Creando* é articulado, a princípio, com uma proposta anarquista contra as políticas neoliberais aplicadas na Bolívia. Entretanto, a força de sua proposta reside no fato de que consegue inserir discursos e práticas feministas em suas ações. Isto é, sem dúvida, um ponto fundamental do trabalho do *Mujeres Creando*, pois associa uma agenda feminista às suas críticas dirigidas ao Estado e às políticas neoliberais. Julieta Paredes e Maria Galindo, fundadoras do grupo, identificavam-se publicamente como mulheres feministas lésbicas e como um casal, mas sempre interpelaram as desigualdades estruturais fundamentadas na economia política e no sistema patriarcal opressor. Entretanto, no início do ano 2000, Julieta Paredes e Maria Galindo se separaram, e com elas também se separou o grupo *Mujeres Creando*. É preciso considerar esse fato, pois uma parte da fração deixa de ser visível e são geradas não apenas disputas entre as diferentes partes, mas também a falta de conhecimento das ações empreendidas por uma das frações.

Como conclusão: a cidadania sexual nos governos de esquerda

O trabalho de campo para esta pesquisa foi realizado por mim em dois momentos-chave das conjunturas políticas e sociais do Equador e da Bolívia. Trata-se dos processos pré-Assembleia constituinte, no caso equatoriano, e do processo final da Assembleia, no caso boliviano. Esses processos, diferentemente de outros, eram vividos por cada país em uma atmosfera na qual circulavam os discursos dos “novos” governos de esquerda na América Latina, principalmente nestes dois países. Dias antes de partir para La Paz, em junho de 2007, tive a oportunidade de estar na pré-assembleia constituinte de mulheres¹⁵ e na mesa de debates sobre diversidade sexual organizada pela *SENPLADES*¹⁶, no Equador. Poucos dias após minha chegada a La Paz, participei da reunião do conselho municipal para defender a cidade como capital boliviana e pude ver os últimos dias de vida da Assembleia. Foi nestes contextos específicos que realizei minha pesquisa. Não quero ater-me em abordar cada detalhe do que significa a inclusão/exclusão dos direitos dos grupos GLBT em ambos os países nessas conjunturas. Na verdade, poderia estender-me em exemplos e

Os Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americano constituem uma iniciativa do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe. São publicados mensalmente nos jornais *La Jornada* do México e *Página 12* da Argentina e nos *Le Monde Diplomatique* da Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Peru e Venezuela. No Brasil, os Cadernos do Pensamento Crítico são publicados em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) na Revista Fórum.

CLACSO é uma rede de 300 instituições, que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 28 países (www.clacso.org).

FLACSO é um organismo internacional, intergovernamental, autônomo, fundado em 1957, pela Unesco, que atua hoje 17 Estados Latino-Americanos (www.flacso.org.br).

detalhes da relação entre o armário e a formação destes novos Estados de esquerda no Equador e na Bolívia.

No caso boliviano, por exemplo, poderíamos observar cenários como os seguintes: desde os grafites de rua do *Mujeres Creando*, que pintam nas paredes de La Paz frases como “Eva não vai sair da costela de Evo” ou “Não há nada mais parecido com um machista de direita do que um Alvarozinho de esquerda”, passando pela prisão de duas pessoas no dia 6 de agosto de 2007 (dia em que se comemoram os 182 anos da criação da Bolívia e o fim da Assembleia) por terem chamado de “bicha” o vice-presidente García Linera, até a presença de um ativista transformista (*drag queen*) no vice-ministério de Cultura do governo de Morales. No Equador, por outro lado, poderíamos observar a presença de vários ativistas GLBT nas listas para a eleição de congressistas ou as propagandas televisivas da coligação dos partidos Socialista e Pachacutik, na qual apareciam corpos seminus e casais homossexuais (lésbicas) em demonstrações de carinho. Poderíamos também mencionar a formação de uma grande coligação dos grupos GLBT cujas linhas de trabalho não estavam centradas apenas na Assembleia Constituinte.

Por último, seria importante mencionar um interessante *slogan* promovido durante a celebração dos dez anos da despenalização da homossexualidade: “Há dez anos a homossexualidade foi despenalizada. Hoje queremos penalizar a homofobia”. Dias depois destes fatos e das declarações, dois ativistas foram violentados em sua própria casa. Entretanto, além de interpretar estes eventos carregados de sentidos, queria situar minha análise nas estruturas mais amplas que englobam os discursos de esquerda dos governos de Rafael Correa e Evo Morales, e que marcam substancialmente um sistema de inclusão/exclusão que determina, por um lado, quem são os cidadãos e, por outro, quais são os espaços de ação e reconhecimento que possuem as identidades sexuais. A pergunta seria, então, de que forma é construída a cidadania sexual nos governos de esquerda do Equador e da Bolívia? A interpelação é interessante na medida em que os discursos de ambos os governos se acentuam nas noções de inclusão social que rompe (ou tenta romper) com as velhas práticas políticas sustentadas no sistema econômico neoliberal. Não é à toa que uma das propostas da campanha e do governo de Rafael Correa tenha sido (e seja) terminar com a “longa e escura noite neoliberal” ou que as ações iniciais do governo de Evo Morales tenham sido nacionalizar os recursos naturais, principalmente o gás natural.

Em linhas gerais, gostaria de observar como, no caso equatoriano, o governo “progressista” de Rafael Correa e sua *Revolução Cidadã* constrói um cidadão homogêneo, indiferenciado. E a partir do caso boliviano, como é perceptível que os discursos incluídos se fundamentam principalmente no eixo étnico, politizando a cidadania de um sujeito historicamente excluído. É a partir dessas representações de cidadania que deveríamos analisar o que ocorre com as agendas e os atores coletivos dos grupos GLBT. É fundamental diferenciar as cidadanias? É primordial sobrepor a identidade étnica sobre outros processos e atores sociais? Não pretendo que esta parte conclusiva do texto seja um exercício “valorativo” sobre os alcances e limitações das implicações que estas propostas comportam. Acredito que o importante é localizar este novo processo de formação dos Estados equatoriano e boliviano como uma proposta de transformação não apenas institucional, mas também da cultura política.

Para compreender essas armadilhas – que pareceriam deter os processos de construção das cidadanias sexuais – devemos compre-

ender novamente e estarmos atentos, como observa Waylen, à “natureza heterogênea” do Estado. Isto implica compreender os campos de lutas que estão em jogo com relação a ele, os ciclos sociais marcados também por conjunturas específicas, a visibilidade e lugubridade dos atores sociais e os sentidos e significados que orientam suas ações. Entender que os processos sociais não estão marcados por processos evolutivos, mas por jogos e lutas inesperados que emergem de diferentes espaços do exercício do poder. A *Revolução Cidadã* de Rafael Correa não negocia – como parte das reformas sociais e políticas – com os direitos específicos de grupos que ativam (ou ativaram) suas identidades como espaço de politização. Em um de seus órgãos de imprensa, Correa mencionou, por exemplo, que não será preciso promover e fortalecer uma lei de maternidade gratuita (introduzida na Constituição de 1998) para as mulheres do Equador, pois o que se espera e se precisa é ter um serviço de saúde universal que seja capaz de sustentar uma política social orientada para todos(as). Na Bolívia, a Assembleia Constituinte estava formada majoritariamente por representantes do MAS (Movimento ao Socialismo); vários indígenas ocuparam não somente uma cadeira na Assembleia, mas também no Congresso. Finalmente, gostaria de deixar uma observação sobre a importância de realizar este breve percurso sobre a relação entre o armário e o Estado, descrevendo as disposições e posições das cidadanias sexuais no Equador e na Bolívia. Retomando Abrams, “o argumento que explica a *formação do Estado* se desenvolve da seguinte maneira: nenhuma forma histórica ou contemporânea de governo pode ser entendida 1) em termos de seu próprio regime discursivo ou repertório de imagens; 2) sem se pesquisar a genealogia histórica, a origem (e transmutação) de tais termos como *formas*; 3) sem uma consciência da “perspectiva exterior”, como a “aprendizagem a partir do exterior”, que é tão evidente, seja como a positividade ou a negatividade das imposições de imperativos políticos-culturais; e 4) de forma que sejam *silenciados* os traços sexistas e racistas da sujeição organizada politicamente” (Abrams, Philip em Joseph et. 2002:26).

Os cenários políticos e sociais no Equador e na Bolívia são conflitivos. Estão marcados por tensões regionais, por rachaduras das agendas neoliberais, pela construção de mudanças substanciais que implicam propor políticas sociais aos grupos historicamente excluídos, pela debilitação das classes políticas “tradicionalis”. Nesses contextos de ação e de conflito, as *estratégias* dos atores coletivos se adequam, mudam e se transformam. Não retrocedem. As cidadanias sexuais já não precisam imperiosamente voltar a ser formadas para despenalizar a homossexualidade ou realizar campanhas de “preservatização” focadas em riscos. As cidadanias sexuais tomam outro caminho: já não precisamente o da vitimização ou o da “guetorização”. Em algum momento, a fragmentação de coletivos, para repensar a partir de sua particularidade ou para trabalhar conjuntamente com as agências de desenvolvimento, foi oportuna e inevitável. Mas parece que hoje se vive outro momento: o da construção de novos Estados no Equador e na Bolívia, onde, apesar de ainda se viver cotidianamente fortes atitudes de homofobia, é possível construir espaços para a ação política, nos quais a fragmentação e a diferenciação (necessária para politizar as identidades e para incluir direitos específicos quando essas identidades são invisíveis) compreendam as agendas de vários grupos. **F**

*Socióloga. Mestre em Ciências Sociais com especialização em Estudos de Gênero, FLACSO, Equador. Doutoranda em Ciências Sociais com especialização em Sociologia, Colégio do México.